

Junho Verde emite alarme de perigo ambiental

Sessão especial e audiências públicas marcaram o mês dedicado a pensar questões ligadas ao meio ambiente no Brasil e a política do governo Jair Bolsonaro para a área

Reportagem: Dante Accioly
 Edição: Joseana Paganine

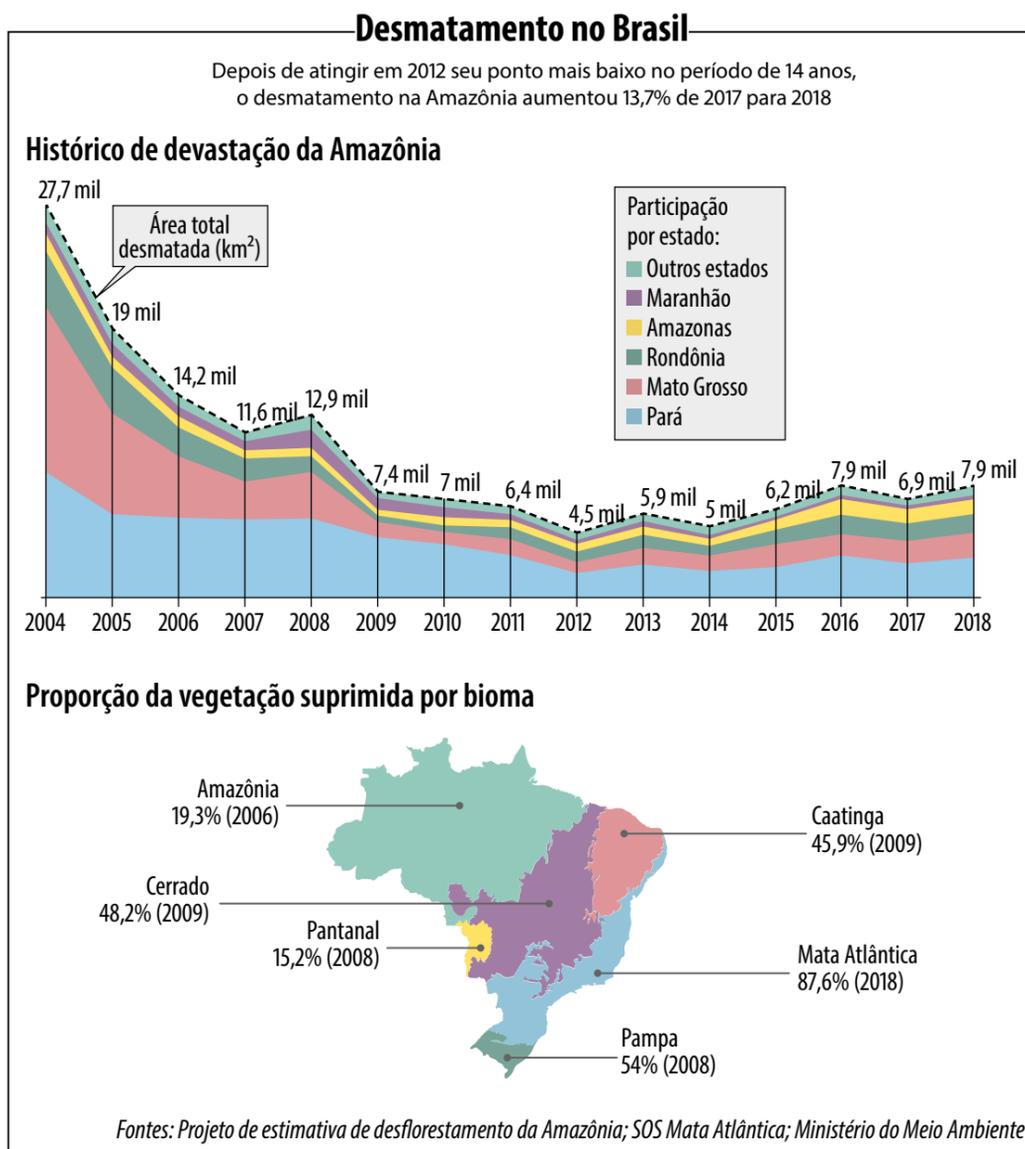
NO DIA 6 de junho, especialistas e parlamentares ocuparam o Plenário do Senado em uma sessão especial para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente. Em quase todos os discursos, uma preocupação recorrente: a política ambiental brasileira dá sinais claros de colapso, com desdobramentos imediatos e potencialmente desastrosos. O mais recente deles foi divulgado em abril pelo aplicativo em tempo real Global Forest Watch: o Brasil foi o país que mais perdeu árvores em 2018 — 1,3 milhão de hectares de florestas primárias devastadas, mais de duas vezes a área do Distrito Federal.

Os primeiros indícios de crise na política ambiental surgiram em 2013, quando a taxa de desmatamento na Amazônia cresceu 28,8% em relação ao período anterior. Mas, segundo ambientalistas, foram as medidas anunciadas pelo Poder Executivo a partir de janeiro deste ano que apontaram um caminho ainda mais incerto: a possibilidade de revisão de unidades de conservação, a redução de multas por desmatamento aplicadas pelo Ibama, a substituição de técnicos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) por policiais militares e a intenção apregoada pelo governo federal de destinar parte do Fundo Amazônia para pagar indenizações a proprietários rurais.

— Não temos muito a comemorar. Nos últimos dias, não vimos nenhuma ação mais direta em relação à proteção da biodiversidade, da Amazônia ou dos rios responsáveis por irrigar as nossas lavouras — lamentou a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), que presidiu a sessão especial.

Embora tenha recuado do propósito inicial de acabar com a pasta do Meio Ambiente, o presidente Jair Bolsonaro extinguiu a Secretaria de Mudança do Clima e Florestas e decidiu que o país não mais sediaria a Conferência do Clima COP-25. O secretário-geral do Observatório do Clima, Carlos Rittl, criticou a decisão:

— Algumas das mais altas autoridades do governo federal desmontam deliberadamente um legado de 30 anos de governança ambiental, construído com imensa contribuição do Parlamento brasileiro. Ao fazerem isso, não apenas rompem os laços de solidariedade com



a comunidade internacional. Muito pior: expõem a população e a economia brasileira a riscos bastante tangíveis. Mudanças climáticas são reais e causam impactos: o país sofreu prejuízos de R\$ 278 bilhões em função de eventos climáticos extremos nos últimos dez anos.

Em um discurso na sessão especial, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, rebateu as críticas. Para ele, o governo “não nega a existência de mudanças climáticas” e “manteve inalteradas todas as políticas assumidas, inclusive por gestões anteriores”. Apenas “a forma de fazer é muitas vezes diferente”. O ministro negou que tenha a “intenção de extinguir unidades de conservação”, mas admitiu que o Poder Executivo pretende fazer “uma análise dos processos de criação” de cada área, inclusive com a possibilidade de “alteração de perímetro” ou “mudanças de categoria”.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) classificou a participação de Ricardo Salles como “uma indignidade misturada com covardia”:

— Nunca a verdade foi tão violentada neste Plenário como no dia de hoje. Nunca vi tanto ato de covardia nesta tribuna como no dia de hoje. O ministro teria feito melhor se nem aqui

tivesse comparecido. Para vomitar mentiras e sair fugidinho, covardemente, era melhor não ter vindo.

Conscientização

A sessão para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente fez parte de um calendário de atividades realizadas durante todo o mês. A campanha Junho Verde tem como meta promover a conscientização e o diálogo para fortalecer a pauta ambiental. Além de seis audiências públicas na Comissão de Meio Ambiente (CMA), a iniciativa prevê o uso de luzes verdes para iluminar a cúpula da Casa.

— Preservar toda a riqueza natural é essencial para o desenvolvimento do Brasil e para a qualidade de vida da população. Só somos uma potência agrícola mundial porque somos uma potência hídrica. Se não tivermos essa consciência, podemos acabar destruindo nossa “galinha dos ovos de ouro” — argumentou o senador Fabiano Contarato (Rede-ES), presidente da CMA.

Na audiência que abordou a situação dos biomas brasileiros, os números apresentados mostram, por exemplo, a Mata Atlântica com 12,4% da área inicial, ainda que as derrubadas venham caindo ano a ano.

— Tivemos uma queda de 9,3% de desflorestamento comparado com o período anterior. Mas ainda temos cinco estados bastante críticos — advertiu a diretora-executiva da Fundação SOS Mata Atlântica, Marcia Hirota. Ela se refere a Minas Gerais, Piauí, Paraná, Bahia e Santa Catarina.

A Amazônia — signo internacional de biodiversidade — perdeu 360 mil quilômetros quadrados de vegetação nativa entre 1967 e 1987, ou 19,3% da cobertura original. A situação é proporcionalmente mais dramática em quase todos os outros ecossistemas: a Mata Atlântica perdeu 87,6%; o Pampa, 53,9%; o Cerrado, 48,2%; e a Caatinga, 45,9%. O Pantanal teve 15,2% de áreas removidas.

O biólogo João Paulo Capobianco afirmou que a melhor estratégia para a preservação desses biomas é a criação de novas unidades de conservação. A Convenção sobre Diversidade Biológica recomenda a proteção de pelo menos 10% de cada ecossistema. A Amazônia supera a média preco-

nizada, com 23% do território resguardado em unidades de conservação. Mas a realidade é crítica no restante do país: o Cerrado tem 3,2%; o Pantanal, 2,9%; a Mata Atlântica, 2,8%; a Caatinga, 1,9%; e o Pampa, apenas 0,7%. O deficit nesses cinco biomas supera os 313 mil quilômetros quadrados, uma área do tamanho da Polônia.

Alternativa

Levando em conta experiências implantadas em 11,5 milhões de hectares espalhados nas cinco regiões do país, os especialistas apontam outra alternativa: a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF). A técnica prevê a diversificação e a associação de diferentes sistemas produtivos (agrícolas, pecuários e florestais) em uma mesma área.

No município de Ipameri (GO), a fazenda Santa Brígida é uma das vitrines da ILPF. Desde 2006, a propriedade recebe orientação da Embrapa para tentar recuperar pastagens degradadas. Segundo o agrônomo Roberto José de Freitas, cada hectare da Santa Brígida produzia 2,5 arrobas de carne bovina, cerca de 36 quilos. Dez anos depois, cada hectare entrega 25 arrobas.

— O objetivo, que era só recuperar pastos sem gastar dinheiro, passou a ser o ganho de produtividade, a conservação de água, a melhoria do perfil de solo, a produção de alimentos e a redução de efeito estufa — explica Freitas.

As emissões brutas de gás de efeito estufa no Brasil saltaram de 1,72 bilhão de toneladas de gás carbônico equivalente (GtCO₂e) em 1990 para 2,27 GtCO₂e em 2016, um crescimento de 32%. A agropecuária é apontada como a principal fonte de emissões, 74% do total.

Em 2018, o governo anunciou que o país deve cumprir a meta firmada no Acordo de Paris para reduzir as emissões em 37% até 2025. Mas, segundo o Observatório do Clima, um alvo incluído na Política Nacional de Mudança do Clima não será atingido: caso as emissões brutas permaneçam no patamar verificado entre 2010 e 2016, o país deve chegar a 2020 com lançamentos de 2,395 GtCO₂e, ante a meta de 2,067 GtCO₂e.

Saiba Mais

Observatório do Clima
www.observatoriodoclima.eco.br

Monitoramento da Amazônia
<http://bit.ly/projetoPRODES>